

29 AGO 2018

O ESTADO DE S. PAULO

A produtividade do TJSP

Maior corte do País em número de juízes e de processos, e considerada a mais morosa e refratária ao controle administrativo da magistratura, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) voltou a ser enquadrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Depois de ter realizado uma inspeção entre 5 e 16 de março deste ano, como informa o site jurídico *Jota*, o órgão cobrou mais agilidade e mais produção dos desembargadores paulistas. Além disso, encaminhou à presidência do Tribunal 155 pedidos de providências. Uma parte expressiva desses pedidos envolve 63 desembargadores, aos quais foi dado o prazo de um mês para que enviem a Brasília um balanço detalhado dos processos já prontos para julgamento e que estão paralisados há mais de cem dias e um extrato atualizado do acervo de processos em seus gabinetes. Os nomes desses magistrados foram divulgados pelo CNJ, mas as respostas pedidas serão sigilosas.

Entre os pedidos de providências também há uma determinação do CNJ para que as ações já instruídas e com tramitação paralisada há mais de cem dias tenham prioridade nos julgamentos. Há, ainda, determinações para que os desembargadores julguem mensalmente um número maior do que os recebidos no mesmo período e para que reduzam o pra-

zo médio de análise das tutelas de urgência. A inspeção do CNJ foi tão detalhada que, no caso de alguns desembargadores, os pedidos de providências chegam até a mencionar os números das ações judiciais cujo julgamento deve ser priorizado.

Segundo o órgão, os desembargadores que não prestarem as informações solicitadas em tempo hábil e que não derem prioridade ao julgamento das ações mais antigas estarão sujeitos a um processo disciplinar. Em resposta, o TJSP informou que a inspeção do CNJ já estava marcada há algum tempo e que faz parte da rotina do Judiciário. Também afirmou que vem investindo os recursos orçamentários da Corte na sua atividade-fim. E ainda prometeu observar todas as recomendações feitas pela órgão e comunicar cada providência que adotar.

A preocupação do CNJ com a morosidade e com a baixa produtividade da maior corte do País é antiga. Entre 2010 e 2012, os dois problemas foram o estopim de um embate institucional com a Corregedoria Nacional de Justiça, quando o órgão estava sob o comando da ministra Eliana Calmon. Tudo começou quando ela pediu ao TJSP mais rapidez na tramitação dos processos e apontou 35 desembargadores como improdutivos. A corporação reagiu, alegando que as metas de produtividade estabelecidas pelo CNJ eram muito altas e pedindo que a produção mensal de despachos e sentenças fos-

se avaliada sem levar em conta o estoque das ações antigas. A presidência da Corte chegou a reconhecer que alguns desses desembargadores estavam, de fato, com um número de ações não julgadas muito acima da média. Contudo, os magistrados mais antigos alegaram que as auditorias do CNJ eram indevidas e que se sobrepujam às fiscalizações da Corregedoria do TJSP.

A tensão chegou ao auge quando a ministra Eliana Calmon, depois de acusar o TJSP de ser “o tribunal mais fechado a qualquer ação do CNJ”, comentou, de forma irônica, as resistências corporativas da magistratura paulista. “Sabe quando vou inspecionar esse tribunal? No dia em que o sargento Garcia prender o Zorro.” Desde então, o TJSP tomou medidas para tentar aumentar sua produtividade, como a criação de câmaras extraordinárias para julgar as ações mais antigas e a redistribuição de processos para magistrados com baixo estoque e que aceitassem, como compensação, o trabalho extra em troca de dias de folga.

No entanto, os resultados ficaram abaixo do esperado e o TJSP continua sendo uma corte lenta e com baixa produtividade. Prova disso é que, segundo o CNJ, 35 desembargadores paulistas – o equivalente a 10% do total – estavam com a produtividade abaixo da média, em 2015. E hoje, em 2018, o número subiu para 63 desembargadores – o equivalente a 17,5%.

29 AGO 2018

O ESTADO DE S. PAULO

As ameaças à democracia

A grande ameaça à democracia brasileira, a julgar pelo que tem saído com frequência cada vez maior na imprensa internacional, é a candidatura presidencial do deputado Jair Bolsonaro. No final de semana passado, o *New York Times* afirmou que o ex-capitão do Exército “está instigando os brasileiros a voltar a um capítulo sombrio de sua história”, referindo-se à ditadura militar. Já o jornal argentino *La Nación* destacou os temores de que “a quarta maior democracia do mundo estará em perigo com a possível vitória do deputado ultradireitista”. E esses são apenas os exemplos mais recentes das muitas reportagens e análises de jornais estrangeiros para os quais Bolsonaro, e apenas ele, encarna o que há de mais deletério para a democracia na atual corrida eleitoral. Trata-se, contudo, de uma visão parcial, que ignora um outro grande risco à democracia no País, representado pelo lulopetismo.

O sistemático ataque de Lula da Silva e dos integrantes de sua seita ao Judiciário, ao Congresso e à imprensa deveria ser igualmente percebido no exterior como uma ameaça concreta à democracia. Há muito tempo, o lulopetismo demonstra profunda ojeriza a aceitar os princípios democráticos, especialmente o contraditório e os limites impostos pela lei – que, de acordo com a doutrina lulopetista, só se aplica aos outros.

A ousadia de alguns juízes de

condenar e mandar prender o morubixaba Lula da Silva por corrupção e lavagem de dinheiro, fazendo cumprir o que está na lei, serviu para escancarar de vez o caráter autoritário do PT. O partido recrudescer sua campanha contra o Judiciário, exigindo que Lula receba tratamento especial. Mais do que isso: Lula está descaradamente usando a atual campanha eleitoral para se livrar da punição a ele aplicada e, se der, voltar à Presidência da República. É um escárnio poucas vezes visto na história pátria.

Na provável hipótese de Lula não poder concorrer, por ser ficha-suja, os petistas esperam que o partido consiga eleger presidente o ex-prefeito Fernando Haddad e que, ato contínuo, o chefe do partido seja solto. Essa estratégia, que ultrapassa todos os limites do aceitável no jogo político, foi candidamente explicitada por Gilberto Carvalho, ex-ministro e um dos principais porta-vozes de Lula. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, de Curitiba, ele declarou: “Na campanha, vamos deixar claro para o povo o seguinte: votar no Haddad é votar no Lula. É o Lula quem vai governar. Vamos tirar o Lula da cadeia em algum momento. Até porque ele não vai passar o resto da vida lá. E vai sair direto para o Palácio do Planalto para cogovernar com o Haddad. Quem vai governar formalmente é o Haddad”.

A desfaçatez de tal declaração é apenas a mais recente manifestação do profundo desa-

preço do PT pelas instituições. Ajuda a fortalecer a suspeita de que, se conseguirem ganhar a eleição, mesmo depois dos escândalos e desmandos administrativos que protagonizaram, os petistas podem se sentir em condições de reimplantar sua agenda liberticida, frustrada pela incompetência e pelo desplante do poste Rousseff.

O programa de governo do PT prevê o controle da mídia, que é o outro nome para censura; o uso extensivo de plebiscitos para “aprofundar a democracia e empoderar a cidadania” – o que, em linguagem petista, significa atropelar o Congresso; e a convocação de uma “assembleia constituinte”, providência que, quando adotada nos países sul-americanos governados por ditaduras com as quais o PT simpatiza, serviu para solapar as instituições e fazer evaporar a oposição.

Assim, Jair Bolsonaro representa de fato uma ameaça concreta à democracia, mas não é a única. No caso do ex-capitão, preocupam a sua visão simplista dos problemas nacionais, a sua inexperiência administrativa e a sua admiração incontinente por métodos violentos, inclusive por torturadores, e isso basta para vê-lo como um grande perigo. Já Lula da Silva, graças ao formidável aparato de propaganda petista, consegue se fazer passar, aqui e no exterior, por grande democrata, embora seus atos – pelos quais está preso – e suas palavras – contra as instituições – revelem o exato oposto disso.

29 AGO 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Bolsonaro ataca Supremo em dia de julgamento

Presidenciável afirma que, como deputado, é “inviolável por qualquer opinião”; Corte inicia análise de ação que pode torná-lo réu por racismo

Constança Rezende / RIO

No dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou a análise da ação que pode tornar Jair Bolsonaro (PSL) réu por racismo, o presidenciável disse que a Corte tem de “respeitar” o povo brasileiro. Em uma agenda de campanha no Rio de Janeiro, Bolsonaro afirmou que, por sua condição de deputado, é “inviolável por qualquer opinião”.

“Quero mandar um recado para o STF: respeite o Artigo 53 da Constituição que diz que eu, como deputado, sou inviolável por qualquer opinião. E ponto final, p...(sic)”, disse o candidato em visita ao Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (Ceasa) da capital fluminense.

O candidato também criticou a discussão na Corte sobre a descriminalização do aborto em gestação até a 12.^a semana. “A missão do STF não é fazer leis. Eles querem agora legalizar o aborto. Não é atribuição deles e ponto final. Eles têm que ser respeitados? Têm. Mas têm que se dar ao respeito também. Não é porque a Câmara não decide que eles devem legislar. Respeito o STF, mas eles têm que respeitar o povo brasileiro”, afirmou.

Bolsonaro também fez referência às religiões dos ministros do Supremo. Segundo ele, não há nenhum ministro do STF que se diga cristão. “Nós somos 90% cristãos. Por que não temos nenhum lá dentro

● **Inviolável!**

“Quero mandar um recado para o STF: respeite o Artigo 53 da Constituição que diz que eu, como deputado, sou inviolável por qualquer opinião. E ponto final, p...(sic).”

Jair Bolsonaro

CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PELO PSL

(do STF)? Porque, de acordo com indicação política, o PT botou oito. O PT botou gente (no STF) que interessa ao seu projeto de poder”, afirmou.

O candidato acrescentou que os ministros do Supremo estão “na iminência de interpretar a perda de liberdade após condenação em segunda instância”. Segundo ele, uma suposta aprovação poria “todo mundo pra fora”. “É um estímulo para a corrupção”, emendou.

Questionado por eleitores, em meio à entrevista à imprensa, sobre qual a sua proposta para o STF, Bolsonaro disse ser contra a realização de concurso público para nomeação de ministros, mas disse que aceitaria esse modelo “se fosse para todos os 11, começando do zero”. “Do modo que está, vão ter três indicações no futuro. Vocês sabem o perfil que indicarei. Vamos tentar buscar equilibrar o jogo”, argumentou.

Julgamento. A Primeira Turma do Supremo iniciou ontem a análise de uma denúncia contra Bolsonaro pelo crime de racismo, mas o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, quando o placar estava em 2 a 2 (mais informações nesta página). Se a denúncia for acatada, o inquérito será transformado em ação penal e Bolsonaro passará à condição de réu, mas não há previsão que ela seja analisada antes da eleição.

O ESTADO DE S. PAULO

Moraes pede vista sobre caso de racismo

29 AGO 2018

Rafael Moraes Moura
Amanda Pupo / BRASÍLIA

Um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes suspendeu ontem o julgamento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal sobre o recebimento ou não de uma denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra o candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, pelo crime de racismo. Moraes disse que devolverá o caso para julgamento na próxima semana.

O julgamento foi suspenso com placar de 2 a 2. De um lado, os ministros Luís Roberto Barroso e Rosa Weber se posicionaram por abrir uma ação penal contra Bolsonaro e colocá-lo no banco dos réus por racismo e incitação e apologia ao crime por declarações sobre negros, quilombolas e gays. De outro, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello votaram contra o recebimento da denúncia.

Bolsonaro já é réu em outras duas ações penais, pelos crimes de injúria e incitação ao crime de estupro, após ter declarado que não estupraria a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) “porque ela não mereceria”.

Desta vez, a PGR acusa o parlamentar de, em palestra realizada no Clube Hebraica do Rio, se manifestar de modo negativo e discriminatório sobre quilombolas, indígenas, refugiados, mulheres e LGBTs.

Na palestra, Bolsonaro afirmou que visitou um quilombo em El Dourado Paulista, onde “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais”.

Para Barroso, “arrobas e procriador são termos usados para se referir a bichos e portanto, equiparar pessoas negras a bichos” é um elemento plausível da lei que trata de discriminação ou preconceito de raça.

Ao divergir de Barroso, Fux avaliou que, na essência da fala de Bolsonaro, há uma “crítica contundente às políticas públicas”.

O ESTADO DE S. PAULO

Toffoli quer destravar obras paradas por questões judiciais

29 AGO 2018

Ministro, que assume a presidência do Supremo em setembro, fará um mapeamento de projetos interrompidos no País

BRASÍLIA

Ao assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal, no próximo dia 13, o ministro Dias Toffoli também herda o comando no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde pretende criar uma coordenadoria que buscará resolver conflitos judiciais que travam obras de infraestrutura. A ofensiva é uma das indicações de que o ministro quer dialogar com diversos setores da sociedade, garantir um cenário de segurança jurídica e promover um ambiente mais “seguro” para o mercado financeiro.

Com experiência no Executivo (foi advogado-geral da União no governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso na Lava Jato), e no Legislativo (foi assessor jurídico da Liderança do PT na Câmara de 1995 a 2000), Toffoli pretende levar ao Judiciário um estilo que delega funções, em contraposição ao perfil de sua antecessora, Cármen Lúcia, considerada mais centralizadora.

• Infraestrutura 7 mil

é o número de obras paradas na esfera federal, segundo levantamento da consultoria InterB, encomendado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

R\$ 76 bi

é o valor que a conclusão dessas obras paralisadas demandaria, segundo a consultoria.

Em um primeiro momento, o grupo do CNJ fará um mapeamento de obras de grande porte interrompidas por decisões judiciais. Posteriormente, o conselho chamará as partes envolvidas para chegar a uma solução, em uma tentativa de conciliação nos processos que envolverá ainda o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

Pauta. A busca por maior estabilidade jurídica também passa pelo STF. Como mostrou o **Estado** em julho, 75 de 100 liminares concedidas por ministros em ações que suspendem parcial ou totalmente leis, decretos, resoluções e medidas provisórias aguardam julgamento no plenário da Corte. Toffoli quer dar prioridade à análise desses processos. Para o ministro, decisões que derrubem uma lei não deveriam perdurar muito tempo sem referendo do plenário.

Toffoli também pretende consultar os colegas antes de definir quais processos serão julgados pelo plenário. O ministro espera finalizar julgamentos de casos já iniciados, mas que ainda não foram concluídos por pedidos de vista (mais tempo para análise) feitos por integrantes da Corte. Há uma série de processos em que os pedidos de vista já foram devolvidos, ou seja, estão liberados para serem retomados e aguardam os votos de poucos ministros, mas que ainda não foram pautados.

Toffoli não deve pautar ainda para este ano ações que discutem a possibilidade de execução provisória de pena após condenação em segunda instância. O ministro avaliou que isso causaria “desgaste” à imagem do tribunal em ano eleitoral. Mas o tema pode retornar ao plenário no início do ano que vem, já que o STF ainda não julgou definitivamente as ações, o que tem levado a críticas dentro e fora da Corte. / R.M.M. e AMANDA PUPO

SÔNIA RACY

Bateu, levou

O Instituto dos Advogados de SP vai ouvir explicações de Ricardo Sayeg, da Comissão de Direitos Humanos da entidade. Motivo? Ele chocou os colegas ao mandar ao STF carta com sua posição sobre aborto – “é assassinato” – como se falasse pela instituição.

Isso sem consultar ninguém da direção. O instituto vai decidir se abre processo interno. Até junho, Sayeg era um dos candidatos à presidência da OAB-SP – mas desistiu.

Frete valendo

Luiz Fux vai manter, até uma sentença final, a decisão que garante a MP 832, sobre os preços mínimos para os fretes. A posição foi anunciada ao fim da audiência pública de anteontem, no STF, da qual participaram União, empresas e sindicatos de trabalhadores.

O ministro ponderou, no final, que o debate “trouxo elementos importantes” e que ele está agora “mais próximo de uma decisão”.

29 AGO 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Réu não é obrigado a comparecer à audiência de instrução

Segundo magistrado do TJ-PR, antes de ser um meio de obtenção de prova, interrogatório é um direito à autodefesa do réu, e não um dever processual

Antes de ser um meio de obtenção de prova, o interrogatório é um direito à autodefesa do réu, e não um dever processual. Por isso, não pode o denunciado ser obrigado a comparecer a audiência de instrução se manifestou seu desinteresse.

Esse foi o entendimento do desembargador Fernando Wolff Bodziak, da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, ao deferir um pedido de liminar em favor de um preso para desobrigá-lo de comparecer à audiência de instrução.

O homem, que já cumpre pena por furto, afirmou que, se for levado para o interrogatório em juízo, os demais detentos poderiam tomar conhecimento da acusação de estupro de vulnerável a que ele responde, o que colocaria em risco a sua integridade física.

A defesa do condenado, feita por Eduardo Lange, Guilherme Maistro Tenório Araújo e Lucas Andrey Battin, do Maistro, Barrini & Lange Advogados, argumentou que, se não estivesse preso, o paciente poderia simplesmente não compare-

cer ao ato, mas como está no Centro de Reintegração Social de Londrina (Creslon), ele será conduzido coercitivamente até o juízo, medida declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

A tese foi acatada pelo desembargador Bodziak, que afirmou que “as razões pelas quais o réu pretende não comparecer ao interrogatório são irrelevantes”, uma vez que o interrogatório não é um dever processual e “a circunstância de o réu estar preso não altera ou retira as opções a ele conferidas”.

29 AGO 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

Presidente do IAP pede que Congresso vete aumento do Judiciário

Hélio Gomes Coelho Junior, presidente do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP) pode até estar sendo uma voz que clama no deserto. O certo é que cumpre papel importante no exercício da cidadania: ele não se esconde, protesta contra o pretendido aumento de vencimentos da magistratura.

Dias atrás, por exemplo, num protesto pedagógico, escreveu ampla opinião sobre o tema, em jornal de Curitiba.

Na semana, dia 27, segunda, voltou à carga, “com a dignidade dos que estão imbuídos e um múnus especial”, conforme observa um deputado estadual do PP, que, “por precaução”, pede anonimato.

O parlamentar se explica:
- Não é hora de encenar com os capas pretas...

Esse não é receio do presidente do IAP, que prefere ser fiel ao mandato de que está imbuído.

NOVA INVESTIDA

A nova investida de Coelho Junior no mesmo tema está contida em ofício que acaba de escrever aos 513 deputados federais e 81 senadores.

Nele, pede que os parlamentares desaprovem o reajuste que representará um custo mínimo de R\$ 4 bilhões à “viúva”, pelo efeito cascata que determinará, se aprovado.

SILENTES

Enquanto se aplaude o gesto do presidente do IAP, o bom senso manda indagar: será que suas excelências terão coragem de se opor aos magistrados de quem muito dependem nesses dias de eleições?

Hélio Gomes Coelho Junior não está sozinho no protesto. É, no entanto, voz das mais representativas do mundo do Direito, no Brasil, a protestar. Mas a primeira, acredito, que vai direto ao Congresso, tentando barrar o aumento.

DIRETO AO PONTO

No ofício, o IAP vai direto ao ponto: “Enquanto a inflação medida pelo INPC orbita entre 2 e 3%, no curso de 2018, e indica um salário mínimo que sequer alcançará o valor de R\$ 1.000,00 no próximo ano, o vindicado reajuste de 16,38% elevará para R\$ 39.293,00 o subsídio mensal de um Ministro e catapultará para além de meio milhão de reais o seu ganho anual, se acrescidos 13º salário e gratificação de férias.”

LEIA A ÍNTEGRA

Acompanhe o ofício do IAP-PR:

Curitiba, 27 de agosto de 2018

“Excelentíssimo Senhor Deputado Federal

O Instituto dos Advogados do Paraná vem à presença de Vossa Excelência manifestar a sua incontida preocupação com a possibilidade de ser acolhido o reajuste de 16,38% nos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, como consignado na proposta encaminhada pelo Poder Judiciário ao Congresso Nacional.

Enquanto a inflação medida pelo INPC orbita entre 2 e 3%, no curso de 2018, e indica um salário mínimo que sequer alcançará o valor de R\$ 1.000,00 no próximo ano, o vindicado reajuste de 16,38% elevará para R\$ 39.293,00 o subsídio mensal de um Ministro e catapultará para além de meio milhão de reais o seu ganho anual, se acrescidos 13º salário e gratificação de férias.

CONTINUA

29 AGO 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

NÃO ERA PREVISTO

A sugestão de aumento dos vencimentos sequer estava incluída na proposta orçamentária apresentada pela Ministra Carmen Lúcia, pois a ela "... em que pese o inegável valor dos juízes e enorme esforço feito longo tempo que passaram sem reajuste... a preocupação é com a cadeia de aumentos em todo o Judiciário". Em mesmo norte votaram os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Celso de Mello, cabendo ao Decano da Corte a prudente advertência de que "... a crise fiscal que afeta o Estado e a crise social que se projeta sobre milhões de desempregados," não o recomendam.

EFEITO "CASCATAS"

O acolhimento dos 16,38% trará consigo o pernicioso efeito "cascata", na medida em que o subsídio do STF, a par de catapultar os ganhos dos membros do Poder Judiciário, é referência a outros nichos e serve para balizar, em rol não exaustivo, outros tantos vencimentos, ao saboroso argumento da "paridade", sem embargo de alevantar o "teto" no Executivo e Legislativo. O impacto está estimado em quantia superior a R\$ 4 bilhões.

MOMENTO DO BRASIL

De tal modo, forte na convicção de que a quadra pela qual passa o Brasil não tolera o desembolso sugerido, registra-se o formal pleito a Vossa Excelência para, bem interpretando a crise fiscal que afeta o Estado e o desalinho a que está submetida a nossa sociedade, rejeitar a proposta do aumento do subsídio em comento.

Receba Vossa Excelência a manifestação do centenário Instituto dos Advogados do Paraná como pequeno contributo a ser agregado a tantas outras razões ponderosas que infirmam a proposta aqui tratada.

Atentamente, Hélio Gomes Coelho Junior"

29 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Justiça barra aposentadoria

de servidor réu na ZR3

Um dos três processos administrativos abertos pela prefeitura contra o investigado indica a demissão

Guilherme Marconi
Reportagem Local

O juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara de Fazenda Pública de Londrina, negou a liminar que pedia aposentadoria do servidor público afastado da Prefeitura de Londrina Ossamu Kaminagakura. Funcionário de carreira há 25 anos, o engenheiro civil responde a três PADs (processos administrativos) e é réu na Operação ZR3 por supostamente exigir propina em troca de facilidades no andamento de processos de alteração de zoneamento urbano quando ocupava a diretoria de loteamentos na Secretaria Municipal de Obras.

Em um desses PADs, a Corregedoria-Geral do Município indicou a demissão do servidor e o processo está na Secretaria de Governo à espera de um decreto do prefeito Marcelo Belinati (PP). Ao negar o pedido de aposentadoria, o magistrado citou o processo da prefeitura que está em fase recursal. “Ademais, inexistente risco de perecimento do direito caso se analise o pedido de liminar após as informações,

certo como é que o impetrante não teve a sua remuneração suspensa pela Administração.”

O PAD que indica a demissão é referente a uma investigação aberta em 2016 que apurou que ele teria supostamente descumprido uma diretriz do Ippul (Instituto Pesquisa e Planejamento Urbano) e da Secretaria de Educação ao determinar a contrapartida de três novos empreendimentos em Londrina em favor de empreiteiras. Segundo o corregedor-geral Alexandre Trannin, as loteadoras teriam que construir três escolas completas. Contudo, o parecer assinado por Kaminagakura teria determinado apenas a construção de salas de aula.

“Este processo já passou pela segunda instância administrativa e está na secretaria de Governo à espera de uma definição do prefeito, que pode acatar ou reformar a decisão.” disse.

HISTÓRICO

A Corregedoria também instaurou uma sindicância para apurar os fatos deflagrados no âmbito da ZR3. Ele chegou a ser preso em

março após ser descoberto um cheque de R\$ 30 mil que seria destinado a Kaminagakura a título de propina. Mas atualmente responde ao processo criminal em liberdade, com algumas medidas restritivas como monitoramento por tornozeleira eletrônica. Neste período o servidor continua recebendo normalmente o salário no valor bruto de R\$ 14,2 mil. A FOLHA entrou em contato com a defesa de Ossamu Kaminagakura, mas não obteve retorno.

29 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

TJ do Rio mantém valor de indenização à família de Amarildo

São Paulo - O Tribunal de Justiça do Rio manteve, em segunda instância, o valor original da indenização à família do pedreiro Amarildo de Souza, morto em 2013 por policiais militares na Rocinha. O Estado do Rio recorreu do valor original, arbitrado em julgamento de 2016, mas acabou perdendo, pelo resultado de 4 a 1. O julgamento, iniciado no último dia 14, na 16ª Câmara Cível, foi concluído nesta terça-feira (28). As informações são da Agência Brasil.

Em 2016, a Justiça determinou que a viúva e os seis filhos de Amarildo seriam indenizados em R\$ 500 mil, cada um, e quatro irmãos do pedreiro, em R\$ 100 mil, cada um. A sentença estabelece ainda previu pensão mensal equivalente a dois terços do salário mínimo à viúva.

O único voto favorável ao pleito do Estado foi o do desembargador Eduardo Gusmão, que arbitrou uma indenização menor, de R\$ 300 mil à viúva e aos filhos, e de R\$ 80 mil aos irmãos. Gusmão argumentou que, em casos anteriores de morte e chacina, o Estado pagou valores menores.

O advogado João Tancredo, que defende a família, considerou o resultado do julgamento mais um passo rumo à vitória definitiva, pois ainda cabem recursos.

“O importante são os restos mortais, para a gente poder enterrar com dignidade”

Ele prevê mais dois anos até o desfecho do caso. “Eu avalio de forma positiva. O caso Amarildo se distingue dos demais e, por isso, a indenização é diferenciada.” O advogado lembrou que ainda existem recursos do estado e que a família não está recebendo nada. “E isso ainda está muito longe de acontecer, infelizmente.”

A viúva de Amarildo, Elizabeth Gomes da Silva, que esteve presente com alguns de seus filhos ao julgamento, ficou satisfeita com o resultado, mas disse que gostaria de ter os restos mortais do marido, que jamais foram encontrados. “O caminho já está bem andado, mas o importante são os restos mortais, para a gente poder enterrar com dignidade. Fica uma sensação horrível, e isso não acaba para nossa família. Dinheiro nenhum vai trazer a vida de meu marido, mas eu quero que a Justiça seja feita. Que isso não aconteça com outros Amarildos, aqui e pelo Brasil”, afirmou Elizabeth.

O procurador estadual Flávio Willeman disse que o Estado reconhece culpa,

mas que a sociedade como um todo não pode ser punida, com um valor tão alto de indenização. Ao final do julgamento, Willeman informou que deverá recorrer, cabendo recursos ao próprio TJ e a instâncias superiores, como STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal).

Segundo cálculos do desembargador Gusmão, a indenização, em termos atuais, beira a casa dos R\$ 6 milhões.

Votaram pela manutenção do valor original os desembargadores Marco Aurélio Bezerra de Melo, Lindolpho Moraes Marinho, Carlos José Martins Gomes e o presidente da turma, Mauro Dickstein, que foi o último a votar e ressaltou que o caso Amarildo deve servir como paradigma: “Estamos tratando de um caso de tortura e desaparecimento de um corpo. Este processo reflete a enfermidade que estamos vivendo. Da banalização da vida”.

29 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Isolado,

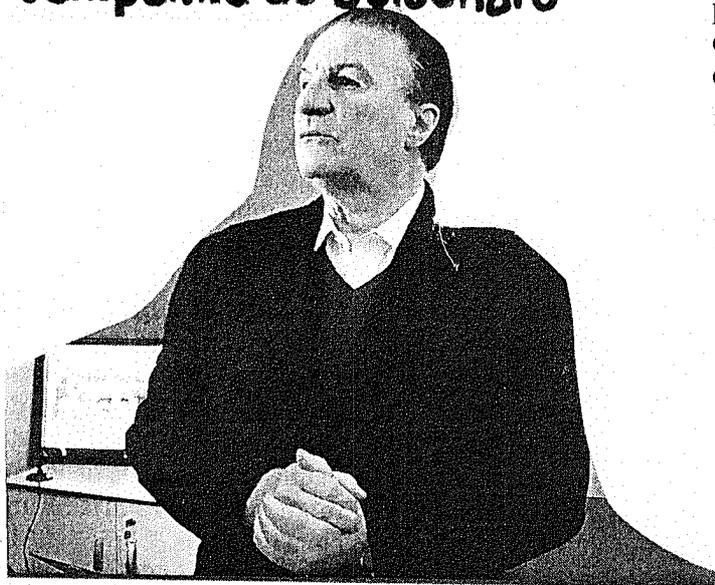
Ogier quer manter candidatura ao governo

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Mesmo sem o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ), que busca a impugnação de sua candidatura, Ogier Buchi (PSL-PR) garantiu nessa terça-feira (28) que seguirá na disputa ao governo do Paraná. Advogados da legenda protocolaram na Justiça Eleitoral um pedido de desconsideração da chapa. "Estou indo para todos os eventos oficiais aos quais sou convidado e mantenho sim a minha tentativa de registro, para concorrer no pleito de 2018, nas mesmas condições", afirmou Buchi. A entrevista coletiva foi concedida na sede do Patriotas, em Curitiba. A sigla compõe a coligação ao lado do PTC.

Segundo o candidato, a postura do PSL nacional atrapalha, mas não impede sua participação. "Eu tenho lidado com isso da maneira que lidei com tudo quanto é dificuldade na minha vida. Já disse mais de uma vez que sou um sujeito resiliente (?) Encaro como um percalço a ser enfrentado. Temos hoje um contencioso eleitoral. Apenas acho bastante estranho que o partido me convide no dia 5, homologue a minha candidatura e depois no dia 15 a

Executiva nacional do PSL pediu impugnação da chapa e foco total na campanha de Bolsonaro



"Estou indo a todos os eventos oficiais aos quais sou convidado e mantenho sim a minha tentativa de registro", disse o candidato em coletiva

ditada nacional emita uma nota dizendo que não encontra conveniência em candidatura própria", comentou.

Buchi contou ainda que o convite para concorrer ao Palácio Iguazu partiu do deputado federal Fernando Francischini (PSL-PR), de seu filho, o deputado estadual Felipe Francischini (PSL-PR), e de sua esposa, Flávia Francischini (PSL-PR), que preside a sigla no Estado. A mudança de postura veio depois,

quando a provisória nacional julgou melhor não lançar ninguém no Paraná. "O que eu vejo e é justificável é o que ocorre nos outros Estados. É sabido por todos que existe uma diáspora entre os filhos do Jair Bolsonaro e a presidência do meu partido".

Na avaliação dele, porém, a decisão da cúpula do PSL não é coerente. "Eu não entendo coerência o meu partido apoiar um candidato que tem partido com candidato próprio a presidente da República e que tem um ideário partidário completamente diferente do ideário do PSL, propaga propostas diametralmente opostas àquelas que nós temos. Eu sou coerente, eu sou Bolsonaro. Acho importante que os candidatos do PSL, Patriotas e PTC sejam eleitos, faço campanha por eles, peço voto para eles e continuarei a pedir", completou.

CONTINUA

29 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Questionado sobre como bancaria sua campanha, Buchi disse que do próprio bolso, entretanto, não informou valores. “Não estimo e quero ser absolutamente sincero. Vou procurar gastar o mínimo possível, porque são recursos próprios, tenho o apoio da minha família nessa decisão”. Ele também respondeu que utiliza imagens de Bolsonaro em seus materiais porque cumpre o estatuto do partido e afirmou que não possui “plano B”, em caso de derrota na Justiça. “Se a candidatura não for homologada, vou recorrer à instância superior. No momento mantenho o otimismo e acredito na lei”.

29 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

VINICIUS ALVES SCHERCH

Transparência pública: um direito fundamental

A transparência, que decorre do nosso Estado Democrático de Direito, é o princípio-instrumento que busca objetivar e legitimar as ações praticadas pela administração pública por meio da redução do distanciamento que a separa dos administrados. Se consolida na publicidade, na motivação e na participação popular, viabilizando o conhecimento e amplo acesso das pessoas às informações públicas, para que possam orientar a busca pela efetivação dos seus direitos e reivindicações.

A transparência pública pode ser conjugada a partir da percepção de que uma das mais importantes vertentes de um Estado Democrático é o acesso a informações dos órgãos públicos (art.5º, XX-XIII da CF). Não somente por ser vinculada ao cumprimento do princípio da publicidade (art.37, CF), mas também por tornar possível o controle social, daí se dizer que a transparência converte as liberdades de expressão, de imprensa e de acesso às informações públicas em um postulado democrático-constitucional, a transparência se erige como condição sem a qual não se pode inserir as pessoas no espaço político.

Considerando que a administração pública é regida pelo princípio da publicidade e que tanto pessoas físicas como jurídicas têm o direito ao acesso a informações que ainda não estejam disponibilizadas ou que sejam de difícil localização, a não disponibilização ou a dificuldade das informações, seja por utilização de linguagem extremamente técnica ou por estarem emaranhadas num link a outro da página oficial do órgão público, figura em grave violação ao princípio republicano e também às leis que exigem a garantia ao acesso às informações.

O acesso a informação aparece como um pressuposto da democracia, ao mesmo tempo que orienta o processo de construção material dos direitos fundamentais: as pessoas passam a conhecer e reivindicar seus direitos, bem como, pela conscientização, passam a defender e exigir seu cumprimento, figurando em um desdobramento da cidadania ativa.

O acesso a informação contempla um direito a saber dos atos praticados pelo Estado, figurando tanto em controle social, como homenageando o princípio da publicidade e transparência, portanto, qualquer cidadão pode obter informações

e documentos públicos, quando se trata de leis, decretos, portarias, ordens de serviço, contratos de licitação, relatórios de despesa com pessoal e outros que não comprometam a segurança e o andamento dos serviços prestados pelo Estado, conforme a Lei nº 12.527/2011.

Além disso, o amplo acesso aos dados públicos, a informação e a transparência, são capazes de diminuir a prática de irregularidades e coibir a recorrente tentação da desonestidade que permeia a atuação no meio político. Não é admissível que se faça a gestão das coisas públicas às es-

curas, a luz da transparência serve para clarear a prática administrativa e para que os bens do povo sejam manejados com racionalidade e coerência.

A transparência é uma estratégia repressiva no combate à corrupção, pois deixa clara a possibilidade de trazer ao conhecimento público, a qualquer momento, os atos de gestão.

“

*Não é
admissível que
se faça a gestão
das coisas
públicas às
escuras*

VINICIUS ALVES SCHERCH
é advogado em Bandeirantes

29 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

66 (CLAUDIO HUMBERTO

Para mim, é incontornável o compromisso com a transparência)

Ministro Humberto Martins, do STJ,
novo corregedor nacional de Justiça do CNJ

Última cartada do PT é criar confusão institucional

A defesa de Lula prepara o que é considerado a “última cartada” para tentar emplacar a candidatura do petista condenado por corrupção: criar uma confusão institucional, solicitando a aplicação do artigo 16-A da lei 9.504/97, prevendo que candidato cujo registro esteja sub judice (questionado na Justiça) efetue “todos os atos relativos à campanha”. É por essa razão que o PT não se importa com a demora da Justiça para apreciar os recursos. Isso ajuda a configurar a candidatura sub judice”.

Confusão judicial

A ideia é criar um conflito entre a Lei da Ficha da Limpa, que barra Lula, e a suposta brecha da Lei Eleitoral.

Sonho petista

No caso de Lula permanecer sub judice até a eleição, seus votos não seriam contabilizados. Só valem os votos de candidato registrado.

Registro é essencial

O artigo 77 da Constituição é claro: para virar presidente, o candidato deve ter sido registrado. Sem isso não há diplomação, nem posse.

Justiça de prontidão

Entidades de juízes e de procuradores já se preparam para enfrentar, no STF, a última cartada de Lula: a de criar uma confusão institucional.

MAZZA

Frete e frota

A questão intrincada do frete era um problema enorme para um ministro só (Luis Fux) e por isso vai ser apreciada pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal. Sequela ainda do locaute caminhoneiro que quase afundou o país. Resistências do agronegócio e variados setores da economia brasileira ao preço mínimo que consideram um ponto de estrangulamento da economia são contestadas pelos transportadores.

29 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Raquel encaminha parecer contra impugnação da chapa de Alckmin

Agência Estado

Brasília - A procuradora-geral eleitoral, Raquel Dodge, enviou nesta terça-feira, 28, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) parecer em que se posiciona contra a impugnação da coligação formada pelos partidos políticos PSDB, PTB, PP, PR, DEM, Solidariedade, PPS, PRB e PSD. O bloco apoia o tucano Geraldo Alckmin na corrida ao Palácio do Planalto.

Henrique Meirelles (MDB) e sua coligação, formada por MDB e PHS, questionam as atas entregues pelos partidos PRB, DEM, PR, PP, PTB e Solidariedade, que integram a ampla coligação de apoio ao adversário tucano. A defesa de Alckmin contesta o argumento de Meirelles de que essas legendas não colocaram explicitamente na ata de suas convenções a formalização do apoio aos partidos que integram a coligação encabeçada pelo ex-governador de São Paulo

Na avaliação de Raquel Dodge, não há irregularidades na formação da coliga-

ção do candidato. A manifestação da procuradora-geral eleitoral atendeu intimação do ministro Tarcísio Vieira, do TSE. Na semana passada, o ministro determinou que o Ministério Público Eleitoral enviasse parecer sobre a controvérsia.

Em seu parecer, Raquel Dodge destaca que as atas das convenções das siglas que integram o bloco registram o apoio ao partido de Alckmin e aos demais que vierem a compor a coligação e que, embora não tenham sido nomeadas as siglas de todas as agremiações que fariam parte da coligação, a vontade partidária de integrar a coligação de partidos que viriam a se coligar é expressa e sem restrição a qualquer partido político.

Para a defesa de Alckmin, as atas e os documentos enviados ao TSE "não deixam qualquer margem de dúvida a respeito da composição da coligação e da decisão que cada um dos partidos tomou autonomamente" de apoiar o tucano.

FOLHA DE S. PAULO

Cobrança sobre TJs será maior desafio de novo corregedor de Justiça

ANÁLISE

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, que tomou posse nesta terça (28), herdará do antecessor, João Otávio de Noronha, a tarefa de cobrar providências que foram determinadas nas inspeções nos tribunais estaduais.

Na cerimônia, Martins disse que vai manter as vistorias nessas cortes e que permanecerão as “boas práticas” de seus antecessores.

Os relatórios das inspeções revelam um quadro de graves irregularidades.

Essa cobrança poderá ser um divisor de águas no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A dúvida reside no estilo do novo xerife. Se o mineiro Noronha prometeu blindar a magistratura, o alagoano Martins vê a correição como uma terapia para juízes desobedientes.

Noronha descumpriu normas do CNJ no início e no final da gestão. Ao assumir, nomeou como juiz auxiliar o desembargador Carlos Vieira von Adamek, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que não respeitou a “quarentena” determinada pelo próprio CNJ.

Adamek está longe do tribunal de origem desde 2010. Reside em Brasília, onde tem casa própria e recebe auxílio moradia do tribunal paulista. Permanecerá na capital federal, pois deverá assumir a secretaria-geral do CNJ a partir de setembro.

As informações sobre as inspeções ficaram concentradas por dois anos na corregedoria nacional. O regimento interno determina à corregedoria submeter ao plenário os relatórios 15 dias depois de concluída a fiscalização.

29 AGO 2018

Os relatórios foram aprovados em bloco pelo colegiado nas duas últimas sessões do conselho. Segundo informou o CNJ, “para todas as recomendações apontadas nos relatórios serão abertos pedidos de providências”. Ou seja, essas medidas poderiam ter sido tomadas meses atrás.

A título de exemplo, a inspeção no TJ de São Paulo — em março — gerou uma lista de 155 pedidos de providências.

Entre outras medidas, o tribunal paulista deverá prever auditorias sobre benefícios a magistrados e fornecer extratos dos processos paralisados há mais de cem dias.

A corregedoria pediu esclarecimentos sobre prorrogação de contratos, principalmente os de engenharia, obras e reformas.

Por sua vez, o relatório da inspeção no TJ do Maranhão, em março de 2017, apresenta 73 recomendações e pedidos de providências.

O nepotismo ainda é praticado no estado. A corregedoria requereu a identificação de todos os ocupantes de cargos em comissão que guardem relação de parentesco com magistrados. Essa providência foi exigida de todos os tribunais nos primeiros anos do CNJ.

O tribunal deverá realizar ações “para reaver os valores pagos a título de adiantamentos, avaliando, inclusive, a utilização de eventuais medidas judiciais para cobrança”.

Cobrou ainda mais esforços no sistema prisional. “Deixar exclusivamente a cargo do Executivo a movimentação dos presos e indicação da unidade prisional (com critério, em tese, de segurança, mas exclusivamente de pertencimento a facção criminosa), indica a prevalência do controle do crime organizado sobre o sistema prisional e total ausência do Estado”, registrou.

Colaborou Leticia Casado, de Brasília

29 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL O informante

O ministro Gilmar Mendes, do STF, recebeu em seu gabinete a comitiva da OEA (Organização dos Estados Americanos) que veio observar as eleições. Na conversa, um dos integrantes do organismo comentou a percepção internacional a respeito do caso Lula. Segundo relatos, ele disse ao magistrado que, lá fora, a Justiça havia perdido a batalha da comunicação e que o PT havia conseguido disseminar a tese de perseguição ao ex-presidente, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro.

OUVI DIZER O integrante da OEA que falou sobre Lula salientou que não externava posição pessoal, apenas narrava o tom do noticiário fora do país. Ainda de acordo com relatos de quem presenciou a conversa, o ministro defendeu a atuação do Judiciário.

JÁ QUE VEIO Gilmar Mendes foi quem convidou a missão da OEA, ainda em 2017. O foco do organismo não é a disputa política, mas a mecânica da corrida eleitoral, regras de financiamento e propaganda, por exemplo. O impasse sobre Lula, porém, deu novo contexto à presença da organização.

DETURMA A defesa do ex-presidente vai juntar três pareceres ao processo do pedido de registro no TSE — todos sobre o despacho da ONU. Um, assinado por Fábio Konder Comparato, professor emérito da USP, diz que os direitos humanos são universais e “situam-se no mais elevado grau hierárquico do sistema normativo”.

VIDRO TRINCADO Aliado de Jair Bolsonaro (PSL), o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) disse em depoimento ao STF como testemunha de defesa do presidente que, se o Supremo o condenar por incitação ao estupro, vai fragilizar a democracia.

QUEM PODE O caso nasceu após discussão entre Bolsonaro e Maria do Rosário (PT-RS). O candidato disse que ela não merecia ser estuprada durante a discussão sobre um crime sexual hediondo. Para Onyx, o aliado fez uso da imunidade parlamentar.

MÔNICA BERGAMO

RELATÓRIO RESERVADO

A missão da OEA que fiscalizará as eleições no Brasil chamou os advogados de Lula para conversar. Ouviu deles um relato sobre a situação jurídica do petista. E recebeu documentos mostrando que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) já permitiu a candidato sub judice participar da campanha na TV.

FIO ESTICADO A aparição do ex-presidente nos programas eleitorais, a partir de sexta (31), é considerada a mãe de todas as batalhas no PT nesta semana. O partido teme que o ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo de Lula no TSE, decida até o fim da semana, monocraticamente, que ele não pode aparecer na propaganda de rádio e TV.

IRREAL Um dos ministros afirma que o partido corre riscos caso coloque Lula na TV, ainda que o processo sobre a candidatura dele não tenha sido finalizado no dia 31 e que Barroso nada decida. Segundo esse magistrado, o petista é manifestamente inelegível. Forçar a barra, diz, poderia caracterizar fraude às eleições.

29 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

Ex-assessor acusa juiz candidato em MS de autorizar gravação ilegal

Segundo ele, Odilon de Oliveira também mandava inflar dados sobre apreensão de bens

“
Ele quer jogar lama no ventilador para atingir qualquer pessoa e afastar dele qualquer possibilidade [de investigação]

Odilon de Oliveira (PDT) juiz, candidato ao governo de MS

Rubens Valente

CUIABÁ Braço direito por 22 anos do juiz federal aposentado e atual candidato a governador de Mato Grosso do Sul Odilon de Oliveira (PDT), o bacharel em direito Jedeão de Oliveira, 49, afirmou que o magistrado concedia à Polícia Federal autorizações genéricas de interceptações telefônicas, o que abria espaço para gravações clandestinas.

Ainda segundo Jedeão, o juiz também mandava inflar dados divulgados à imprensa sobre apreensão de bens e abrir inquéritos com base em cartas anônimas feitas apenas para legalizar o uso das gravações. Jedeão procurou o Ministério Público Federal para um acordo de colaboração premiada.

Odilon deixou a magistratura em outubro passado e agora é um dos principais candidatos ao governo do MS.

Foi foco de reportagens que exaltam seu papel no combate ao crime organizado da fronteira Brasil-Paraguai e de um longa-metragem de ficção, “Em nome da lei” (2015). Na ativa o juiz vivia acompanhado de uma escolta da PF.

Para Jedeão, algumas das ameaças eram reais, mas outras eram superdimensionadas, a fim de manter a aura de

magistrado implacável e inimigo dos criminosos.

Essa imagem é agora utilizada na propaganda eleitoral. O slogan do juiz é “MS em mãos limpas”, com a promessa de “nosso futuro limpo”. O site de sua campanha diz que ele teve “uma história de coragem”.

No cargo de confiança de diretor da 3ª vara federal de Campo Grande (MS) por mais de duas décadas, para o qual foi convidado por Odilon, de quem é primo em quinto grau, Jedeão era o responsável pela administração do cartório e pelo acompanhamento de ações criminais e grandes operações da PF tocadas por Odilon contra diversas organizações criminosas dentro e fora do estado.

Em junho de 2016, Jedeão foi exonerado do cargo após uma apuração ter apontado que ele transferiu indevidamente R\$ 53 mil de uma conta judicial para um réu que tinha direito à devolução do mesmo valor.

O ex-diretor disse que foi uma manobra financeira para solucionar um problema nas contas da vara, mas que não ficou com nenhum centavo e que o dinheiro seria repostado.

Na época, ele procurou o juiz para se explicar. Odilon gravou a conversa e entregou o

áudio para a Polícia Federal.

Segundo Jedeão, a partir daí ele passou a ser acusado de irregularidades diversas, as quais ele nega, que somadas representariam um desvio de R\$ 10 milhões. A PF não encontrou o destino do suposto valor desviado.

O ex-diretor disse que recebeu ameaças veladas de morte e passou a temer pela sua segurança. Há dois meses, decidiu entregar ao Ministério Público Federal em Campo Grande (MS) uma proposta de colaboração premiada — os procuradores da República ainda analisam o documento.

A Folha localizou em um cartório de registro público do interior de São Paulo um texto de 23 páginas registradas por Jedeão e depois o encontrou em Mato Grosso, para onde se mudou em busca de segurança.

Indagado pela reportagem, Jedeão confirmou os 12 pontos que formam o documento registrado no cartório.

Em um dos trechos, o ex-diretor disse que o juiz costumava autorizar interceptações de telefonemas cujos números eram encaminhados em anexos, sem a descrição detalhada do objetivo de cada gravação, abrindo espaço para o que ele chamou de “barriga de aluguel”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

29 AGO 2018

“A decisão ficava genérica, em aberto. Não aparecia números, só tinha a ordem: ‘Proceda a escuta’ — não lembro os termos exatos, mas nesse sentido— ‘dos telefones apresentados no anexo da Polícia Federal. E assim ia o ofício para a operadora. [...] E dessa forma ficava em aberto para escuta clandestina”, disse Jedeão.

O ex-diretor disse que Odilon tinha interesse em ser foco do noticiário e a vara fornecia à imprensa balanços inflados sobre as atividades do juiz.

Disse, por exemplo, que a apreensão de 18 documentos de aeronaves viravam, no balanço oficial, 18 aviões apreendidos, embora não fosse possível saber se as aeronaves existiam de fato.

O mesmo ocorreria com número de hectares de fazendas e valores apreendidos.

Segundo o ex-diretor, os números que a vara informava no cadastro nacional de bens apreendidos no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) eram menores do que os fornecidos ao público.

Magistrado nega e diz que acusações têm fundo político

OUTRO LADO

O juiz Odilon negou à reportagem irregularidades na concessão de interceptações telefônicas quando juiz federal e disse que as acusações do ex-diretor da vara “têm fundo político”.

“Os ofícios para interceptação são encaminhados com a relação... É então humanamente impossível, mesmo porque as empresas de telefonia não fazem monitoramento sem que no ofício conste a relação dos telefones”, declarou.

O juiz também negou ter in-

flado dados de balanços.

Ele reconheceu, porém, que há diferenças entre os dados que constam da base nacional do CNJ e “a realidade processual”.

“Muitas vezes não bate com o que está apreendido no Brasil, em qualquer vara. Porque muitas vezes o juiz não alimenta, quer dizer, a Justiça não alimenta aquele cadastro nacional no tempo certo. Muitas vezes não tem condições técnicas de alimentar, pois é um cadastro muito falho.”

Odilon disse que o ex-diretor “enganou o juiz da vara, enganou a corregedoria” e por isso as 13 correições feitas pelo TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região não teriam localizado as irregularidades na vara.

Em nota, a Superintendência da PF em Mato Grosso do Sul afirmou que “em todas as suas investigações, atua dentro da mais estrita legalidade. Todas as representações e diligências são objeto de controles rígidos, seja internamente (por meio das Corregedorias), seja em âmbito externo pelos órgãos de controle”.

Jedeão negou qualquer interesse eleitoral nas suas declarações, disse que não teve contato com campanhas de adversários de Odilon e afirmou que registrou o termo em cartório para preservar sua integridade física.

No STF, xenofobia, racismo e liberdade de expressão entram na balança

“Alguém viu japonês pedindo esmola por aí? Porque é uma raça que tem vergonha na cara. Não é igual a essa raça que tá aqui embaixo, ruminando”. Quilombolas? De tão acomodados, “nem para procriador eles servem mais”.

“Eu tenho cinco filhos, foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e aí veio uma mulher.”

Por essas e por outras — como a consideração sobre as “sete arobas” dos quilombolas que ele viu em Eldorado Paulista—, o candidato Jair Bolsonaro, do PSL, foi denunciado pelo Ministério Público.

Pediu-se a abertura de processo pelo crime de racismo, e que Bolsonaro seja punido com dois anos de prisão e multa por “danos morais coletivos”, no valor de R\$ 400 mil.

Pela lei 7.716, a pena se aplica a quem “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

O caso caiu na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, composta por uma maioria de condenadores: Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Alexandre de Moraes, com o contrapeso de Marco Aurélio Mello.

Foi de Marco Aurélio, em 2016, o único voto favorecendo Bolsonaro em outro processo —o do ataque à deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), que não “merecia ser estuprada”, segundo o atual candidato. A maioria decidiu pela abertura de um processo criminal, que, por enquanto, continua parado na fase dos depoimentos de testemunhas.

Nesta terça-feira (28), depois de decidir sobre um caso de furto de xampu, a Primeira Turma examinou a nova

denúncia contra Bolsonaro.

Para a defesa, cumpria salvaguardar a liberdade de expressão. Acusá-lo de fazer “discurso de ódio”? Mas criminalizar sua conduta não seria “ódio ao discurso”?

Ademais, citaram-no de forma desconexa. A intenção de Bolsonaro era criticar políticas públicas —que impedem o acesso a nossas riquezas minerais, por exemplo.

Racismo? “Numa palestra proferida na Hebraica?” O advogado se espantava. Nenhum judeu aceitaria isso. Como falar em “incitamento”, sem levar em conta o público a que o candidato se dirigia?

Como relator do caso, Marco Aurélio foi o primeiro a votar, citando o pensador Norberto Bobbio.

A discriminação, diz Bobbio, começa num julgamento de fato, reconhecendo diferenças inegáveis de nacionalidades e grupos. Em seguida distingue, valorativamente, entre “superiores” e “inferiores”. Numa terceira fase, decisiva, a discriminação prevê tratamento distinto aos grupos anteriormente desvalorizados. É aí que nasce o comportamento reprovável.

As frases de Bolsonaro entraram nessa terceira fase? Bolsonaro valorizou negativamente os quilombolas; mas não propôs tratamento diferenciado, não defendeu sua eliminação, seu extermínio.

O candidato também criticou os venezuelanos que “encham ambulâncias” para buscar tratamento médico aqui.

Tratava-se apenas, para Marco Aurélio, de uma crítica à política brasileira de receber refugiados automaticamente. Na Câmara, Bolsonaro fez discursos equivalentes. A imunidade parlamentar, disse o ministro, teria de ser respeitada.

Para Luís Roberto Barroso, as frases sobre a filha mulher “ultrapassavam todos os limites do erro, sem transpor, entretanto, os limites do crime”.

Já com relação aos quilombolas, a terminologia bolsonariana era mais grave, equiparando negros “a bichos”.

Quanto aos gays, pior ainda. “Se eu vir dois homens se beijando na rua, eu vou bater”, disse Bolsonaro. Para Barroso, era discurso de ódio, chegando à “apologia do crime”.

A frase homofóbica foi citada na denúncia; mas faria parte formal das acusações, num caso de racismo? A questão não ficou resolvida.

Sem julgar previamente, mas examinando o mero recebimento da denúncia, para abertura de um processo, Rosa Weber seguiu Barroso.

As frases de Bolsonaro eram “extremamente infelizes”, disse Fux. Mas ao falar em “arobas”, ele se referia mais à “saúde” dos quilombolas do que à sua suposta animalidade.

“Tenho no meu gabinete um título de negro honorário”, informou o ministro. Mas a liberdade de expressão prevalece: não se pode exigir do candidato um discurso “que ele não sabe fazer”. Cabe criticá-lo, mas não censurá-lo penalmente.

Dois a dois. Alexandre de Moraes adiou o desempate para a semana que vem.

29 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

Ex-primeira-dama do Rio sai da prisão domiciliar

RIO DE JANEIRO O juiz Marcelo Bretas substituiu nesta segunda (27) a prisão domiciliar da ex-primeira-dama do Rio de Janeiro Adriana Ancelmo pelo uso de tornozeleira eletrônica.

A decisão foi tomada após pedido da defesa da advogada, com a concordância do Ministério Público Federal. O magistrado considerou que ela não responde a mais nenhuma ação penal na primeira instância — ela foi condenada nos quatro processos sob responsabilidade de Bretas e recorre das sentenças.

Adriana foi presa preventivamente em dezembro de 2016, sob acusação de lavar dinheiro do ex-governador Sérgio Cabral (MDB).

Bretas autorizou no início do ano passado que ela cumprisse a medida cautelar em casa por ter um filho menor de 12 anos, benefício previsto em lei.

Ela e o marido abriram mão de seus bens para a Justiça a fim de obter uma redução nas penas, embora não confessem os crimes que lhe são atribuídos.

29 AGO 2018

BEMPARANÁ

Seis mil processos por atraso na entrega do imóvel aguardam decisão do STJ

Mais de seis mil ações estão suspensas no Superior Tribunal de Justiça (STJ), aguardando decisão sobre o atraso, por parte das construtoras na entrega de chaves de imóveis comprados na planta. Está previsto para o final deste mês, no Tribunal, uma audiência pública para tratar do assunto. Com o debate, o STJ deve enfim decidir se cabe indenização e multa ao comprador do imóvel.

Segundo a advogada Priscila Esperança Pelandré, que atua na área de Direito Imobiliário da Sociedade de Advogados Alceu Machado, Sperb & Bonat Cordeiro, os processos dessa característica levam em conta quando o atraso superior o prazo de tolerância estipulado em contrato, que é de 180 dias. "Porém, no julga-

mento, que vai modular todas as ações, a Corte também vai precisar ponderar questão da crise econômica que afetou diretamente o setor e fez com que muitas obras ficassem paralisadas", analisa.

Ela explica que a compensação por atraso na entrega das chaves já é bastante difundida nos tribunais e que o comprador tem direito a indenização que está relacionada ao lucro cessante, ou seja, o prejuízo que o comprador teve pelo atraso. "O que está aguardando decisão é se, além da indenização, a construtora teria que arcar com a multa pelo descumprimento do contrato, que seria de origem penal. Se isso ocorrer, as incorporadoras terão que arcar com o acúmulo dos valores nos processos", esclarece.

Fachin nega recursos a ex-deputado Eduardo Cunha

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou dois pedidos de liberdade formulados pela defesa do ex-deputado federal Eduardo Cunha (MDB-RJ). O objetivo da defesa de Cunha era derrubar duas prisões decretadas em casos distintos, sob a alegação de que o emedebista estaria sofrendo "constrangimento ilegal" em virtude do encarceramento. Cunha está detido no Complexo Médico Penal em Pinhais, no Paraná.

"Não verifico ilegalidade evidente, razão pela qual, sem prejuízo de ulterior reapreciação da matéria no julgamento final do presente habeas corpus, indefiro a liminar", escreveu Fachin, em decisão assinada na última segunda-feira, 27.

A defesa de Cunha questionava a prisão preventiva decretada pelo próprio Fachin em 17 de maio de 2017, quando foi deflagrada a Operação Patmos.

29 AGO 2018

BEMPARANÁ

Diários Secretos de volta à pauta

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) começou a analisar novamente o caso 'Diários Secretos'. Em breve, pode haver novas decisões. Quem não gostou nada disso foram os deputados **Alexandre Kuri (PSB)** e Nelson Justus (DEM), que temem desgaste em plena campanha eleitoral pela reeleição. No caso de Kury, o caso estava parado desde o final de 2017. O escândalo dos Diários Secretos foi revelado em uma série de reportagens da RPC TV e do jornal Gazeta do Povo que mostrou um esquema de contratações irregulares de servidores no Legislativo paranaense. O esquema foi possível com a ocultação dos diários oficiais da Casa. O MP suspeita que o esquema deixou R\$ 250 milhões em prejuízo aos cofres públicos.

Arquivo/Bem Paraná



Rejeitado

O advogado Ogier Buchi (PSL) reafirmou ontem intenção em manter sua candidatura ao governo do Estado, apesar da rejeição do próprio partido. No último dia 22, a Executiva Nacional do PSL, legenda do presidenciável Jair Bolsonaro (RJ), protocolou na Justiça Eleitoral um pedido para que seja cancelado o registro do candidato. Bolsonaro anunciou o apoio à candidatura do deputado estadual Ratinho Júnior (PSD).

Nosite

Leia em www.bemparana.com.br/questaoedireito o artigo "Inovações e uso de novas tecnologias a serviço do cidadão" do notário Rogério Portugal Bacellar, presidente da Confederação Nacional de Notários e Registradores.

Droga

É permitida a prisão em flagrante dentro da casa onde está escondida a droga, sem mandado judicial, inclusive no período noturno, pois o crime de tráfico de entorpecentes na modalidade de guarda é permanente, cuja consumação se prolonga no tempo. O entendimento é da ministra Laurita Vaz, presidente do STJ.

ISS

Fabricante de software deve recolher ISS no município onde fica a sede da empresa. O entendimento é da 1ª Câmara de Direito Público do TJ de Justiça de Santa Catarina.

Livro

O advogado criminalista Guilherme Brenner Lucchesi lança hoje (29), "Punindo a culpa como dolo: o uso da cegueira deliberada no Brasil", na sede do Instituto dos Advogados de São Paulo. O livro revela as principais armadilhas criadas pela "teoria da cegueira deliberada" no julgamento de casos penais.

Impenhorável

Ainda que o bem de família seja um imóvel "suntuoso", ele não pode ser penhorado para garantir o pagamento de dívida trabalhista. O entendimento é da 8ª Turma do TST.

29 AGO 2018

BEMPARANÁ

STF suspende julgamento de Bolsonaro

Pedido de vistas adia decisão sobre denúncia contra presidencial
acusado de racismo; caso divide ministros

Um pedido de vista (mais tempo para análise do tempo) do ministro Alexandre de Moraes suspendeu ontem o julgamento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o recebimento ou não de uma denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro (RJ), pelo crime de racismo. Moraes prometeu devolver o processo para julgamento na próxima semana.

O pedido de vista de Moraes foi feito após o colegiado se dividir sobre o recebimento da denúncia. De um lado, os ministros Luís Roberto Barroso e Rosa Weber se posicionaram para abrir uma ação penal contra Bolsonaro e colocá-lo no banco dos réus por racismo e incitação e apologia ao crime por declarações sobre negros, quilombolas e gays. De outro, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello votaram contra o recebimento da denúncia.

Bolsonaro já é réu em outras duas ações penais, pelos crimes de injúria e incitação ao crime de estupro, após ter declarado que não estupraria a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) "porque ela não mereceria". Desta vez, a PGR acusa o parlamentar de, em palestra realizada no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, se manifestar de modo negativo e discriminatório sobre quilombolas, indígenas, refugiados, mulheres e LGBTs.

Arrobas - Na palestra, Bolsonaro disse: "Alguém já viu um japonês pedindo esmola por aí? Porque é uma raça que tem vergonha na cara. Não é igual essa raça que tá aí embaixo ou como uma minoria tá ruminando aqui do lado." Na ocasião, o parlamentar também afirmou que visitou um quilombola em El Dourado Paulista, onde "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais".

29 AGO 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

STF adia decisão sobre racismo de Bolsonaro

O ministro Marco Aurélio Mello votou ontem pela rejeição da denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o deputado Jair Bolsonaro (PSL) (foto) pelo crime de racismo. Marco Aurélio é o relator da denúncia. Quando placar estava 2 a 2, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista (mais tempo para analisar o caso) e, com isso, a decisão do STF foi adiada.

Réu por apologia ao crime de estupro e por injúria, Bolsonaro é candidato a presidente da República e, embora o STF já tenha decidido que réus não podem ocupar a linha sucessória da Presidência, atualmente não há impedimento legal para concorrerem nas eleições. O candidato é réu no caso em que disse que não estuprava a deputada Maria do Rosário (PT) porque ela "não merece" e não faz o "tipo" dele. ●

Brasil registra 26 mil assassinatos no 1º semestre

O número de assassinatos registrados no primeiro semestre no ano chegou a pelo menos 26.126, conforme levantamento do índice nacional de homicídios, criado pelo portal de notícias G1. A ferramenta de estatística permite que seja realizado um acompanhamento mensal das ocorrências com vítimas de crimes violentos contra a vida em todo o país.

No primeiro momento, a contabilização dos casos dessa natureza abrange todos os homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. E

a média de ocorrências foi de 4.350 por mês.

O período analisado deu conta que a taxa de mortes violentas a cada 100 mil habitantes foi de 12,5 no país, isso calculando a média no semestre, porque normalmente os números oficiais avaliam taxas anuais.

Os estados com que tiveram as maiores taxas de mortes violentas a cada 100 mil habitantes foram Roraima com (27,7), Rio Grande do Norte (27,1), Ceará (26) e Acre (26). E a menor foi São Paulo com 3,8 a cada 100 mil habitantes. ●